



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO JURÍDICO E AS CONSEQUÊNCIAS DO USO DESSA FERRAMENTA

Autor(res)

Gladson Barros Resplandes
Daiane Silva Santana
Catiana Alves De Souza
Antonio Carlos Da Silva
Adriane Jéssica Araújo De Oliveira
Wílias Sousa Pereira
Adrielly Sousa Silva
Thays Bandeira De Sousa Vale
Jackeline De Oliveira Prado
Martha Paranhos Soares

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A inteligência artificial (IA) está se consolidando como um recurso inovador na área jurídica. Com o aumento da complexidade das leis e a abundância de dados disponíveis, a implementação de tecnologias de Inteligência Artificial na esfera jurídica pode transformar radicalmente a maneira como advogados, juízes e demais profissionais do direito operam.

Os benefícios são notáveis: desde a automatização de atividades rotineiras, como a revisão de documentos e a busca por jurisprudência, até a habilidade de antecipar desfechos judiciais. Esses avanços têm o potencial de aumentar a eficiência, diminuir despesas e aprimorar o acesso à justiça. Porém, a utilização da inteligência artificial no campo jurídico também levanta preocupações e riscos. A excessiva dependência da tecnologia pode resultar em negligência das competências humanas e provocar uma série de consequências negativas.

A realidade é que os sistemas de inteligência artificial podem e devem ser utilizados de maneira responsável com a finalidade de auxiliar aqueles que procuram informações e um método prático para executar tarefas específicas. Essa análise é fundamental no âmbito jurídico, pois permite a compreensão dos benefícios e dos malefícios associados ao seu uso.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar o uso da inteligência artificial no campo jurídico e como as suas aplicações têm impactado nas rotinas do judiciário, com o foco em destacar como essa transformação digital e as suas aplicações podem atuar na prática jurídica, analisando as suas vantagens e desvantagens e as mudanças provocadas neste meio.



Material e Métodos

Para a realização deste estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas utilizando mecanismos de buscas acadêmicas, como o Google, Google acadêmico, a leitura de artigos gratuitos que estão relacionados ao tema, sendo escolhidos os publicados mais recentemente, para assim obter informações atualizadas, além de ser utilizado como fonte de pesquisa os portais de notícias e a legislação brasileira.

A partir destas leituras foram feitas análises das informações para melhor entendimento sobre a atuação da inteligência artificial no âmbito jurídico, e como a utilização desta tecnologia tem mudado as rotinas jurídicas, avaliando os prós e contras desta transformação digital, visto que diversas tarefas que anteriormente eram realizadas de forma manual, passaram a ser automatizadas, e essa virtualização vem resultando na rapidez do trabalho e no cumprimento de tarefas, por outro lado existem as implicações éticas, a transparência, o tratamento de dados, e uma segurança digital eficaz.

Resultados e Discussão

A transformação digital tem facilitado a execução das atividades nas esferas jurídicas. A aplicação dos processos eletrônicos permite a simultaneidade por todos os sujeitos do processo, possibilitando uma análise mais célere diante da quantidade enorme de informações, tendo maior agilidade na análise de dados, aumentando a produtividade, a qualidade e a gestão dos recursos dentro dos tribunais (COSTA, 2023).

Porém, a inteligência artificial necessita seguir os limites éticos, sem contradizer a garantia dos direitos fundamentais, como ressalta na Resolução nº 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

Art. 5º - A utilização de modelos de Inteligência Artificial deve buscar garantir a segurança jurídica e colaborar para que o Poder Judiciário respeite a igualdade de tratamento aos casos absolutamente iguais.

Conforme Gonzaga et al. (2023) um dos grandes benefícios do uso da inteligência artificial no âmbito jurídico está no ganho efetivo de tempo, a otimização do processo, a digitalização das informações, a agilidade nas pesquisas, a tomada de decisões, além de estar remodelando a prática jurídica. Porém, com essas vantagens, existem o alto custo da implantação, manutenção dos sistemas e os malefícios do mal uso dessas tecnologias, o que implica nos limites éticos no âmbito legal, necessitando de transparência, responsabilidade e preservação dos princípios fundamentais da justiça e dos processos legais.

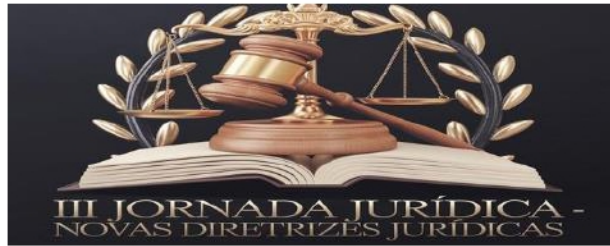
Conclusão

Nota-se que a Inteligência Artificial tem se mostrado uma ferramenta extremamente útil para acelerar o progresso de processos judiciais. No entanto, é essencial que haja uma atenção dos usuários sobre a forma de uso desses recursos tecnológicos, especialmente no que diz respeito à privacidade, ética, transparência e responsabilidade com sua aplicação no campo jurídico.

Espera-se que, através do uso consciente da Inteligência Artificial no sistema judicial os riscos sejam cuidadosamente avaliados por quem as utiliza, proporcionando ferramentas que ajudem os profissionais do direito em suas funções de forma eficaz sem comprometer os princípios fundamentais que regem o sistema jurídico.

Referências

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ADVOCACIA: BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ADVOCACIA E O FUTURO DA PROFISSÃO NO BRASIL. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11698/5516>>. Acesso em: 8 out. 2024.



Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429>>.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SOB OS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO DIREITO. Disponível em: <http://revistas.funorte.edu.br/revistas/index.php/humanidades/article/view/1154/676>>. Acesso em: 8 out. 2024.

O impacto da Inteligência Artificial na Justiça: Utilização da tecnologia como mecanismo de agilidade processual. Disponível em:

<https://chenut.online/o-impacto-da-inteligencia-artificial-na-justica-utilizacao-da-tecnologia-como-mecanismo-de-agilidade-processual/>>. Acesso em: 8 out. 2024.